

HABEAS CORPUS Nº 548.549 - SP (2019/0356798-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DOUGLAS RODRIGUES DE OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADOS : GABRIELA FONSECA DE LIMA - SP252422
AHMAD LAKIS NETO - SP294971
DOUGLAS RODRIGUES DE OLIVEIRA - SP0327671
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FELINTO LOPES FEITOSA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de FELINTO LOPES FEITOSA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Eis a ementa do *decisum* prolatado (e-STJ fl. 12):

Habeas corpus. Condenação em 1º Grau. Alegada demora na expedição da guia de recolhimento provisória. Guia emitida e remetida à VEC competente. Constrangimento ilegal superado. Pretendida progressão ao regime intermediário. Requerimento que deve ser deduzido no Juízo das Execuções, sob pena de supressão de instância. Inadequação da via eleita. Remédio heroico que, como regra, não é instrumento hábil a verificar o preenchimento ou não dos requisitos necessários à concessão de benefícios prisionais. Pedido para que o paciente aguarde, no regime aberto, o surgimento de vaga em unidade prisional adequada. Questão atrelada a evento futuro e incerto. Ordem denegada na parte não prejudicada.

No presente *writ*, a defesa alega que "Cumpre trazer a colação, vasta jurisprudência deste Egrégio Tribunal, no qual destaca o constrangimento ilegal em razão do sentenciado ser mantido no regime fechado, devido a não apreciação e a não confecção de Atestado de Conduta na carceragem. Assim, em consonância com o entendimento desta Augusta Corte de Justiça, a permanência do Paciente cm regime prisional diverso e mais gravoso, configura flagrante constrangimento ilegal" (e-STJ fl. 7).

Afirma que "o Paciente tem direitos constitucionalmente assegurados e não pode responder pela desídia do Estado em cumprir a lei por ele mesmo editada. A vulneração a tais direitos pode configurar a responsabilidade civil do Estado e de seus agentes. Com efeito, a conservação do sentenciado em regime impróprio vulnera também a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e integrado ao Direito Pátrio por força do Decreto nº 678, de 6.11.1992, cujo artigo 7º, item 2, preceitua: "*Ninguém pode ser privado de sua liberdade física, salvo pelas causas e nas condições previamente fixadas pelas Constituições Políticas dos Estados - partes ou pelas Leis de acordo com elas promulgadas*" (e-STJ fls. 7/8).

Aduz que "O Poder Judiciário não pode e não deve, de forma alguma, ser conivente com o descaso do sistema carcerário. A não observância do sistema progressivo de cumprimento de pena - adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro - caracteriza manifesta violação a princípios basilares de um Estado Democrático de Direito" (e-STJ fl. 8).

Requer, nesse diapasão, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem em favor do sentenciado "a fim de que seja deferido o Semiaberto e transferido, imediatamente, para o regime prisional semiaberto. Por fim, no caso de morosidade tendo-se em vista a excepcionalidade do caso *sub examine* -, requer seja concedida PRISÃO ALBERGUE DOMICILIAR ao Paciente, até que o Estado-Administração providencie vaga em unidade prisional adequada" (e-STJ fls. 9/10).

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesto constrangimento ilegal apto a justificar o deferimento da

Superior Tribunal de Justiça

medida de urgência.

Dessa forma, não obstante os argumentos apresentados, mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos.

Ademais, a medida antecipatória postulada confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo das Execuções Criminais sob o alegado na impetração, haja vista esclarecimento da Corte de origem no sentido de que a guia de execução já foi expedida.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator